A formação interdisciplinar dos profissionais de segurança pública: a experiência da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Interdisciplinary training of public security professionals: the experience of the Federal University of Bahia (UFBA)

Ivone Freire Costa (Progesp/UFBA)[1], Anderson Souza da Silva (Progesp/UFBA)[2], Taiala Águilan (Progesp/UFBA)[3]

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão sobre a interdisciplinaridade na formação dos profissionais de segurança pública pela UFBA, desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (Progesp), mediante o Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC). Busca compreender como o MPSPJC contribuiu para a imersão destes profissionais em uma nova perspectiva de segurança marcada pelo compromisso com a cidadania e com os valores democráticos. Assim, analisa as contribuições acadêmicas de seus alunos, a partir dos trabalhos de conclusão de curso, distribuídos entre as subáreas "criminalidade e vitimização", "política e gestão da segurança pública" e "direitos humanos e cidadania". Destaca a inovação do MPSPJC em aproximar as instituições de segurança pública com a universidade, e as novas formas de se pensar a segurança pública resultantes desta interlocução. De natureza qualitativa, e com recorte empírico da produção intelectual dos mestres do período de 2010 a 2020, fica evidente que o MPSPJC colaborou não somente para a efetivação da agenda de pesquisa e de políticas públicas na área de segurança pública, como também para a visualização das demandas postas tanto pela sociedade como pelas próprias instituições de segurança pública.

Palavras-Chave: formação interdisciplinar; PROGESP; segurança pública.

Abstract

This text presents a reflection on the interdisciplinarity in the training of public security professionals by UFBA, developed by the Postgraduate Program in Public Security - Progesp, through the Professional Master Degree in Public Security, Justice and Citizenship MPSPJC. It seeks to understand how MPSPJC contributed to the immersion of these professionals in a new perspective of security marked by a commitment to citizenship and democratic values. Thus, it analyzes the academic contributions of its students, from the conclusion of the course work, distributed among the subareas "crime and victimization", "public security policy and management" and "human rights and citizenship". It highlights the innovation of the MPSPJC in bringing public security institutions closer to the university, and the new ways of thinking about public security resulting from this dialogue. Of

1 Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Lisboa, Portugal. Graduada em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA, Brasil. Coordenadora de Mestrado Profissional em Segurança Pública (PROGESP), Bahia, Brasil. *Lattes:* http://lattes.cnpq.br/5491343008126642; e-*mail:* ivonefcosta@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6451-3719

2 Graduado em Ciências Sociais, Licenciatura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA, Brasil. *Lattes: http://lattes.cnpq.br/0587539080306022*; *e-mail*: akc.sousa@gmail.com, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7145-4857

3 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA, Brasil. *Lattes:* http://lattes.cnpq.br/3124571432234092; *e-mail*: aguilan28@hotmail.com, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8790-6176

a qualitative nature, and with an empirical clipping of the intellectual production of the masters from 2010 to 2020, it is evident that the MPSPJC collaborated not only for the realization of the research and public policy agenda in the area of public security, but also for the visualization demands made by society as well as by public security institutions.

Keywords: interdisciplinary training; PROGESP; public security.

Data de submissão: 31/10/2020 - Data de aprovação 20/11/2020

1 Introdução

O aperfeiçoamento no que tange à interação dos saberes constitui-se em uma meta permanente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC), do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (Progesp/UFBA), porque, trabalhando essencialmente com fenômenos sociais que se alteram e/ou se mantêm por práticas de indivíduos e processos institucionais, a todo momento estão despertando inquietações das mais distintas áreas do conhecimento. Assim, neste artigo, partiu-se de um olhar essencialmente circunscrito no campo das Ciências Sociais e da administração pública com o objetivo de observar e analisar a experiência formativa interdisciplinar realizada no MPSPJC/UFBA.

Antes é preciso contextualizar os desafios de uma formação interdisciplinar, sinalizando que, mesmo a prática nos cobrando diariamente a compreensão interdisciplinar dos fenômenos que estão no mundo, na dimensão da formação, ainda há excessivamente um processo de fragmentação do conhecimento, aspecto que não necessariamente se constitui em problema, desde que sejam anunciados seus limites e que os diálogos entre áreas sejam breves, mas acima de tudo francos. Um diálogo aprofundado entre áreas pressupõe diversidade de olhares múltiplos qualificados sobre o mesmo objeto e a conciliação da sua compreensão. A busca por esse arranjo é contínua no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania que aqui passamos a analisar.

Para tanto, dividimos o artigo em 5 seções, começando por uma breve exposição da experiência da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em seguida, a construção, estrutura e implementação do Mestrado Profissional em Segurança Pública. No terceiro momento é caracterizado e analisado o corpo docente do mestrado, no que tange à interdisciplinaridade. Na penúltima seção as dissertações de mestrado produzidas ao longo de dez anos no MPSPJC são trabalhadas qualitativamente. Por fim, nas considerações finais, se apresentam-se ponderações e planejamentos futuros com objetivo de subsidiar avaliações do programa, uma delas o potencial interdisciplinar desenvolvido por ele.

2 Antecedentes do Programa de Formação dos profissionais em Segurança Pública: a experiência da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) na UFBA

Em dezembro de 2004, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tornou-se a primeira Instituição de Ensino Superior brasileira a oferecer um curso de formação, *lato sensu*, em nível de pós-graduação, para os profissionais da segurança pública. O curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública (CEGESP) foi o marco inaugural da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), política nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública do então Ministério da Justiça, que fundamentou a criação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PROGESP) no âmbito Escola de Administração da UFBA.

A Renaesp é uma iniciativa inovadora e de caráter democrático entre as alternativas de atuação do Governo Federal. Tem como diretriz a não criação de novos organismos públicos, utilizando-se do espaço físico e da estrutura administrativa das instituições públicas preexistentes, evitando, desta forma, a superposição e o paralelismo institucional. A institucionalização do Programa Nacional de Segurança Pública, em finais da década de 1990, alicerçou-se no ideal de descentralização da administração estatal.

No arcabouço do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criaram-se novos mecanismos de sustentação, em especial, o eixo formativo representado pela Matriz Curricular Nacional para a Formação dos Profissionais em Segurança Pública (BRASIL, 2003). Ela se constituiu na base orientadora da Renaesp, ou seja, na concepção contrária à de segurança pública caracterizada pela repressão, pura e simples, e uma visão social limitada às dimensões do reaparelhamento policial. Por essa visão, é como se a polícia fosse a única responsável pela segurança pública e pelos problemas do avanço das violências, particularmente nos grandes centros urbanos do país. A maneira de ver segurança pública foi alargada e nesse sentido a Renaesp adotou uma concepção alternativa de segurança pública.

A concepção adotada pela Renaesp foi a de segurança cidadã, logo depois desenvolvida por demais iniciativas na área de formação em segurança pública, como o MPSPJC, objeto de discussão deste artigo. A reflexão sobre a segurança cidadã é um convite para se pensar sobre a essência da própria vida social e assim perceber diversidades, desigualdades e contradições históricas que caracterizam as sociedades modernas.

Sob os princípios do compromisso com a consolidação democrática e com o fortalecimento do estado de direito, a segurança cidadã pode ser definida como um conceito paradigmático das políticas de segurança e da forma de se pensá-las apresentando como traços distintivos o respeito ao cidadão, o propósito de promover o valor da cidadania e de criar um espaço de convivência segura e pacífica, que são indispensáveis a uma vida digna.

O enfoque no cidadão é uma conquista histórica relativamente recente nos países latino-americanos e forneceu à política de segurança um novo significado. Até então predominava o paradigma de segurança nacional, instaurado pelas ditaduras militares no continente. Esta concepção orientava-se para a proteção dos supostos interesses "nacionais" formulados pelo poder militar instituído. Nela

não havia qualquer escrúpulo com relação à eliminação de possíveis ameaças à correlação de poder, então em vigor no governo, e de seus interesses postos como nacionais.

A política de segurança nacional, desta forma, perseguiu os opositores da ditadura que eram identificados como inimigos da nação e ameaça à integridade do Estado. Ao cidadão não havia quase nenhum espaço reservado para o exercício de sua liberdade política e sua liberdade civil estava sob constante cerceamento. As ameaças à sua vida e aos seus bens tinham foco secundário e eram até mesmo provocadas pelos próprios agentes do Estado. Quem estava sob proteção, portanto, não era o cidadão. Tendo isso em vista, a concepção da segurança cidadã como política de Estado ganhou seu significado dentro de um contexto de novas definições que partiam de premissas contrapostas aos pressupostos da política de segurança nacional: fortalecimento da cidadania, legitimidade do poder público, justiça social, respeito à diversidade e construção de uma cultura política democrática.

Institucionalmente, a proposta de segurança cidadã aposta em uma atuação policial mais estratégica e inteligente baseada na coordenação com demais poderes públicos, em especial o poder Judiciário, visando uma atuação cooperativa, sistêmica e harmônica tanto no controle criminal como na garantia dos direitos do cidadão.

De modo complementar, valoriza as autoridades locais ao mesmo tempo em que assinala o caráter coletivo da atividade de promoção da segurança, definida constitucionalmente no Brasil como um dever de todos. Nada melhor do que lidar com a multicausalidade e a particularidade da transgressão, criminalidade, transtorno e violência que mais afetam desigualmente a população do que se aproximam dela. Por essa razão as autoridades locais, naturalmente próximas do cotidiano dos cidadãos, são valorizadas pela segurança cidadã. Mas essa valorização não se efetivaria, caso não viesse, necessariamente, acompanhada pela atenção ao controle dos fenômenos de insegurança antes pelo consenso do que pela coerção — essa última podendo se tornar a própria causa da insegurança. Isso acontece porque é pelo consentimento e legitimação das ações públicas de segurança que uma maior cooperação da comunidade para com a polícia é possível.

Os benefícios dessa cooperação são vários. Resulta na obtenção de informações cruciais para reduzir os fatores de vulnerabilidade e risco, para resolver problemas de insegurança que afetam eles próprios, a viabilização do acesso à justiça, como também incentiva o usufruto da liberdade política na condução cidadã dos negócios públicos, o que contribui para a consolidação da cultura democrática.

Ao centrar-se nas autoridades locais, no consentimento/cooperação e na atenção preventiva, a segurança afasta-se de determinadas concepções que a definem exclusivamente em função da criminalidade e do delito. Distancia-se, portanto, da afirmação do ponto de vista criminalizador na interpretação dos conflitos sociais para aproximar-se de um ponto de vista plural que leva em conta fatores sociológicos e culturais na conformação do crime.

No Brasil, a redemocratização consagrada na Constituição de 1988 prometeu enterrar de vez o passado de desrespeito aos direitos humanos com a ampliação dos direitos sociais, políticos e civis. A emergência das redes de engajamento cívico na nossa contemporaneidade é parte importante no fomento da relação entre direitos humanos, desenvolvimento e promoção da justiça. Além disto, a segurança pública tem sido percebida como inclusa no mais fundamental rol dos direitos humanos. Diante disso, pode-se questionar: o que significa exatamente o compromisso da universidade com a formação e expansão das oportunidades de ensino na segurança pública para todos os níveis/graduações das corporações de segurança pública e justiça?

Antes de tudo, precisa-se entender que a própria palavra "formação" indica a existência de uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente); é sensibilizar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente e é estimular a passagem do instituído ao instituinte (CHAUÍ, 2003). Para a autora, ao instituir o novo, mediante esse processo, o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade.

A imbricação dos conceitos de universidade e segurança pública se fortalece ao se considerar que a legitimidade da universidade está fundamentada na sociedade, uma vez que é por esta constituída e constituinte. Nesse sentido, a educação e a cultura são concebidas como características de um estado de cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos. A formação em segurança pública considera fundamental o diálogo intersetorial entre a universidade, sociedade e instituições de segurança pública. A Renaesp foi o primeiro passo desta diretriz estratégica institucional na UFBA.

3 O Mestrado

O Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC) baseia-se na experiência bem-sucedida acumulada pelo Progesp/UFBA na especialização de profissionais da área de segurança pública pela Renaesp. Constitui-se como projeto de natureza interdisciplinar que, sob o princípio da cidadania, volta-se, no geral, para o atendimento da demanda de formação pós-graduada dos profissionais ligados à área da segurança pública.

Além desse objetivo geral, o MPSPJC desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: 1) formar gestores e pesquisadores como quadros estratégicos para analisar, formular, implementar e avaliar ações integradas, multidisciplinares e interinstitucionais; 2) desenvolver entre os mestrandos, a partir dos conceitos e instrumentos sociológicos, a capacidade de análise do fenômeno da criminalidade e manifestações da violência, numa perspectiva diagnóstica destinada a promoção de intervenções adequadas por parte das organizações de segurança pública; 3) elaborar conhecimentos, técnicas e tecnologias acerca das instituições de segurança pública e justiça, identificando os elementos básicos da dinâmica

interna e externa, que interferem na efetividade de suas relações com a sociedade; 4) aperfeiçoar a utilização de metodologias de gestão de informação e de avaliação de programas, políticas e ações em segurança pública e justiça pelos mestrandos em formação; 5) formar profissionais para participar de processos de integração, de redes de cooperação interinstitucional, na perspectiva de elevar os níveis de formação dos profissionais da área.

Ao longo das parcerias firmadas com a UFBA, o MPSPJC foi tornando mais consistente seu objetivo, bem como acrescendo em seu desenho didático/pedagógico nuances institucionais específicas, refletidas no processo de aprendizagem e no perfil profissional do egresso.

O perfil de formação dos profissionais em segurança pública na UFBA responde a uma perspectiva cidadã e de compromisso com o desenvolvimento de conceitos e práticas que permitam identificar e solucionar problemas da área. O egresso que o MPSPJC busca formar apresenta um perfil caracterizado pelo reconhecimento do aspecto multicausal e complexo dos fenômenos socioinstitucionais ligados à promoção da segurança indissociáveis da justiça e da ordem pública e por um respectivo conjunto de competências técnicas e científicas através das quais são subsidiadas as decisões em segurança pública e justiça, tanto na formulação de políticas públicas, quanto em sua implementação, distanciando-se, desta forma, do amadorismo das soluções ocasionais, ainda predominante nesta área. O perfil esperado visa, portanto, a contribuição que os egressos podem proporcionar para a melhoria e qualidade dos resultados dos serviços prestados por sua instituição à sociedade.

O artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) define como órgãos responsáveis pela segurança pública as Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal, Policiais Civis, Militares, Penais, Corpo de Bombeiros Militares e Guardas municipais instituídas. Ao ampliar a participação com os profissionais do Ministério Público da Bahia e do Tribunal de Justiça da Bahia e, mais recentemente, com os da Defensoria Pública da Bahia, implementou-se, nas práticas de gestão do programa, a articulação entre segurança e justiça. A incorporação destes organismos como parceiros da formação profissional em segurança pública fortaleceu a visão de que a segurança não é uma atribuição exclusiva da polícia, mas um dever de todos, compreendida pela justiça, solidariedade e cidadania e que remete à área de concentração do mestrado 4 dimensões dos estudos: institucional, social, cultura política e de políticas públicas. Nesse sentido, o MPSPJC colaborou para o fortalecimento desta visão alargada da segurança pública, por meio de parcerias entre a universidade e as instituições pertencentes ao sistema de segurança pública e de justiça.

4 Estrutura de sustentação do Programa, a perspectiva interdisciplinar

O corpo docente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania é atualmente composto por 30 professores e professoras. O perfil do corpo docente desde a formação básica apresenta domínios diversificados de conhecimento, como História, Comunicação Social, Medicina, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Ciências, Odontologia, Direito, Administração, Socio-

logia, Antropologia, contemplando assim 3 áreas de conhecimento, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 01 – Subáreas contempladas pelo corpo docente

Área	Subáreas Identificadas
Área I - Ciências Físicas, Matemática e Tecnologias	2
Área II - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	4
Área III - Filosofia e Ciências Humanas	10

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nesse sentido, é importante sinalizar que o MPSPJC conta com 7 docentes com mais de uma graduação, diversidade de formação que também contribui para o desenvolvimento das pesquisas e orientações realizadas. Em estudos pós-graduados, este perfil apresenta-se mais diversificado com os domínios da comunicação e cultura contemporânea, saúde coletiva, administração, saúde pública; sociologia econômica e das organizações, ciências sociais; criminologia, direito, ciência política, serviço social, difusão do conhecimento aderentes e consistentes à estrutura da formação de mestre do programa, o que lhe confere compatibilidade e adequação à proposta de formação interdisciplinar do programa.

Ao analisar a formação dos professores, é possível verificar uma linha contínua de conhecimento da graduação para o mestrado de 23 deles, enquanto que 7 optaram por mudar e ingressar em novos domínios. Com relação à passagem do mestrado para o doutorado, temos 15 estudos contínuos e 15 com mudanças. Tal movimento de abrangência ou aprofundamento da *expertise* do profissional configura-se como um dos pontos relevantes para execução de um mestrado profissional interdisciplinar.

As disciplinas ofertadas pelo programa buscam contemplar diversas nuances de um mesmo tema, ao reunir dois ou três professores, com áreas e experiência de atuação distintas. Uma oportunidade de decompor o fenômeno não só em variáveis, mas em naturezas múltiplas. Tal perspectiva corrobora com a CAPES, ao definir interdisciplinaridade como:

> [...] a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional, com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. Isto formaria um profissional capaz de compreender e solucionar os problemas em crescente complexidade (CAPES, 2014, p. 7).

Disciplinas como Estudos Prisionais, Direitos Humanos, Sistema de Informação e Segurança Pública, Tópicos Especiais em Segurança Pública combinam em seus planos de ensino Psicologia e História; Direito e Ciências Sociais; Informática, Comunicação e Administração; Medicina, Saúde Coletiva, Direito, respectivamente.

> Inicialmente é preciso considerar que se a primeira definição que se tem sobre interdisciplinaridade é compreendida apenas como junção de disciplinas, cabe pensa-la unicamente sob a perspectiva da formação de uma grade curricular. No entanto, se ela for compreendida como atitude de ousadia e busca diante das questões do conhecimento, cabe pensar aspectos que envolvem a cultura do lugar onde se formam professores e pesquisadores. (FAZENDA *et al*.; FAZENDA; JOSÉ; SANTOS, 2016, p. 27215).

Nesse cenário, a interação orientador(a) e orientando(a), o próprio encontro, costuma ser interdisciplinar. O corpo discente é formado majoritariamente de profissionais formados no Direito. Apenas as orientações direito/direito não se constituem em si interdisciplinares. Mesmo assim, o decorrer do processo formativo e o aperfeiçoamento do projeto de pesquisa ocasionam encontros necessários e multifacetados, caracterizados por momentos de compreensão que levam à desconstrução do objeto pesquisado.

Tal processo merece considerações, visto que a experiência do discente, em sua instituição, é valorizada no ingresso e no processo de formação. Contudo carrega naturalizações, sendo necessário um movimento de estranhamento do objeto para então compreendê-lo e assim decompô-lo cientificamente. Formar esses discentes em uma perspectiva híbrida contribui para reflexões sobre o cotidiano, ao passo que possibilita avanços qualitativos à instituição à qual pertencem.

É importante sinalizar quão interessante e produtivo se constitui a formação profissional, uma vez que o fato de o pesquisador ser interno à instituição coloca-o como alguém que quer ajudar mais que julgar ou expor a instituição, organização ou empresa (MARTIN, 2011).

Mais um momento interdisciplinar relevante são as bancas de qualificação. A atividade costuma mobilizar pesquisadores de outras universidades, grupos de pesquisa e estados, sofisticando a observação e contribuição, já que, além de também combinar áreas e temáticas, aciona vivências distintas daquelas produzidas internamente. "Não basta aproximar áreas de conhecimento diferentes para ser interdisciplinar, não se trata de "juntar" mas de realizar um diálogo" (MARTIN, 2011, p. 5). Assim, temas como feminicídio, em uma banca, normalmente apresentam examinadores com expertises que versam sobre saúde, direito e gênero.

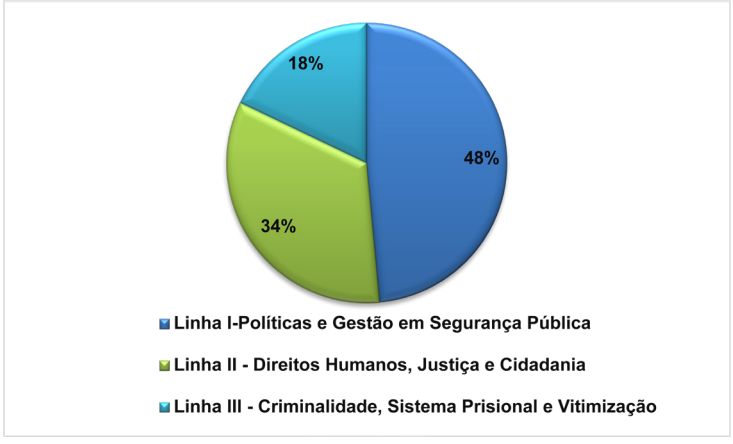
5 Uma década de formação: Quadro descritivo da formação do MPSPJC no Período de 2010–2020[4]

Ao longo dos 10 anos de formação do MPSPJC, foram formados 135[5] mestres e mestras, em sua maioria profissionais das instituições de segurança pública e sistemas de justiça. Os produtos apresentados estão distribuídos nas três linhas que estruturam o mestrado: Linha I – Políticas e Gestão de Segurança Pública; Linha II – Direitos Humanos, Justiça e Cidadania; Linha III – Criminalidade, Sistema Prisional e Vitimização; e podem ser observados no Gráfico 1.

4 Para compor o corpus desse artigo foram analisadas dissertações já depositadas e lançadas na Plataforma Sucupira.

5 Representa o número de dissertações que compõem o corpus analisado neste artigo.

Gráfico 01 - Distribuição do Produtos de MPSPJC (2010- 2020)



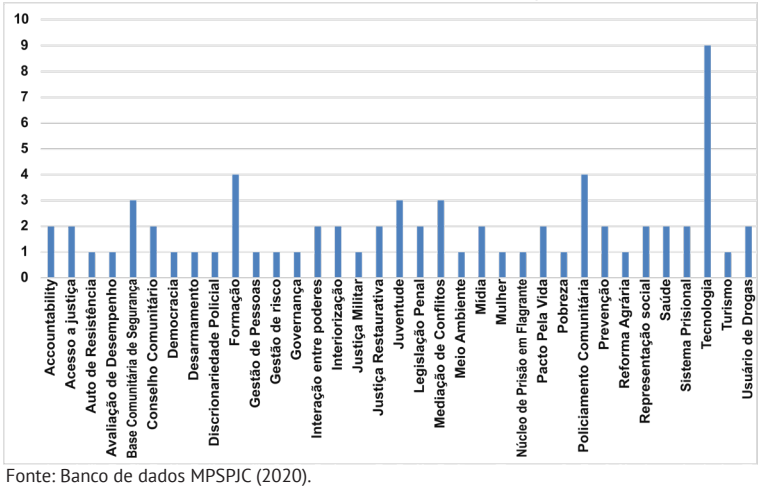
Fonte: Banco de dados MPSPJC (2020).

Quando observada a década de formação, é possível verificar que a Linha I concentra a maioria das produções, com 48%; seguida pela Linha II, com 34%; e Linha III, com 18%. É importante sinalizar que análises parciais, tais como as anuais, podem demonstrar a predominância de outra área, a exemplo de 2019, em que a maioria dos projetos se desenvolveu na Linha II.

Ao decompor as linhas nos temas pesquisados pelos(as) mestrandos(as), elencam-se as principais preocupações teóricas e empíricas. Vale ressaltar que a codificação realizada simboliza a frequência do tema e não necessariamente uma pesquisa, dito de outro modo, um tema pode acionar mais de um assunto ou dimensão de conhecimento conceitual ou de campo.

Na Linha I – Políticas e Gestão de Segurança Pública, a principal preocupação tem relação com Tecnologia. Nessa esteira é relevante problematizar que, em se tratando de um Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, falar em Tecnologia é acionar os mais diversos recortes, dialogando com os mais diversos saberes. Assim, verificam-se pesquisas que abordaram tecnologias de processos, de informações, de perícias, dentre outras. No Gráfico 2 a seguir é possível observar os demais recortes.

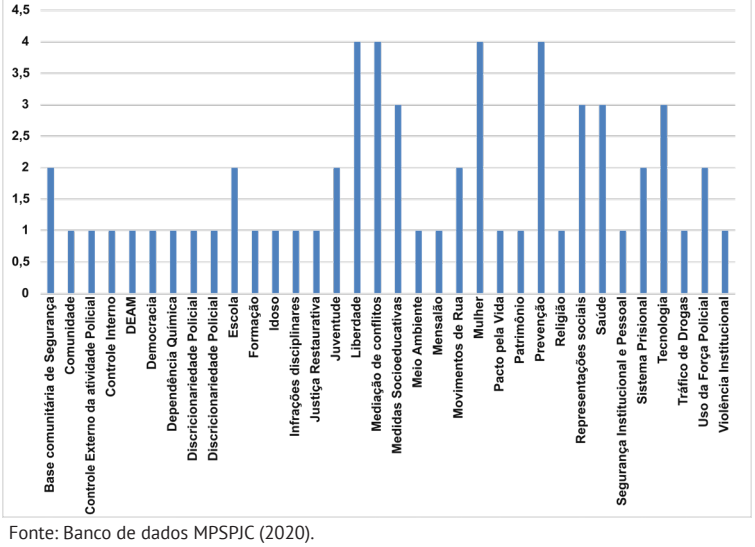
Gráfico 02 - Temas trabalhados na Linha I- Políticas e Gestão de Segurança Pública



Fonte: Banco de dados MPSPJC (2020).

Em se tratando da Linha II – Direitos Humanos, Justiça e Cidadania, 4 temas apareceram com maior expressão, a saber: Liberdade; Mediação de Conflitos; Mulher; e Prevenção. São temas de incontestável relevância e que mobilizaram aperfeiçoamentos ao longo do tempo no MPSPJC, com readequação de disciplinas, criação de outras e credenciamento de professores com expertise de formação e/ou pesquisa nos referidos temas. Vale ressaltar que ao longo da formação temos lapidação de propostas, isto para sinalizar a sensibilidade, atenção e qualidade do corpo discente ao escolher e ser escolhido por temas tão necessários para a sociedade. Os demais temas, tão relevantes quanto, podem ser observados no Gráfico 3.

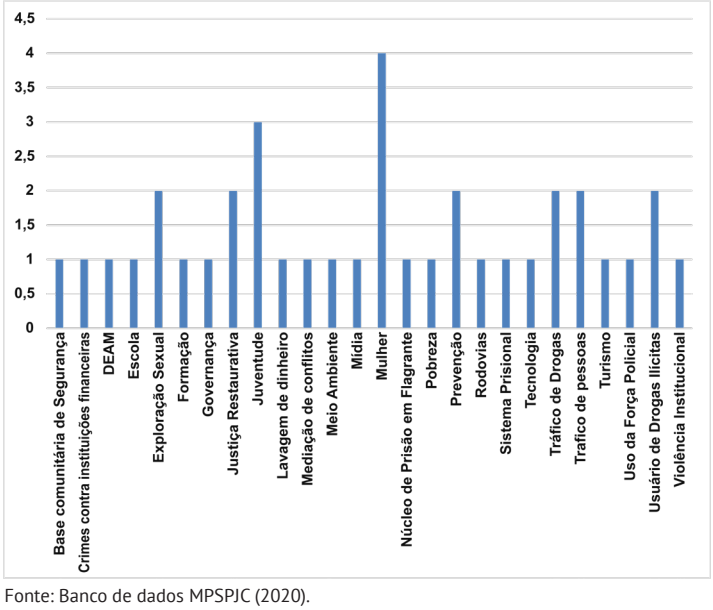
Gráfico 03 - Temas trabalhados na linha II - Direitos Humanos, Justiça e Cidadania



Fonte: Banco de dados MPSPJC (2020).

Ao analisar a Linha III – Criminalidade, Sistema Prisional e Vitimização, os produtos envolvendo mulheres mais uma vez apareceram com maior centralidade. Nessa linha, as mulheres aparecem como aquelas mais vulneráveis a violência física e homicídio. Assim é uma temática que aparece combinada ou relacionada com outros temas, como a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, objeto de estudo, ao menos duas vezes.

Gráfico 04 - Temas Trabalhados na Linha III - Criminalidade, Sistema Prisional e Vitimização

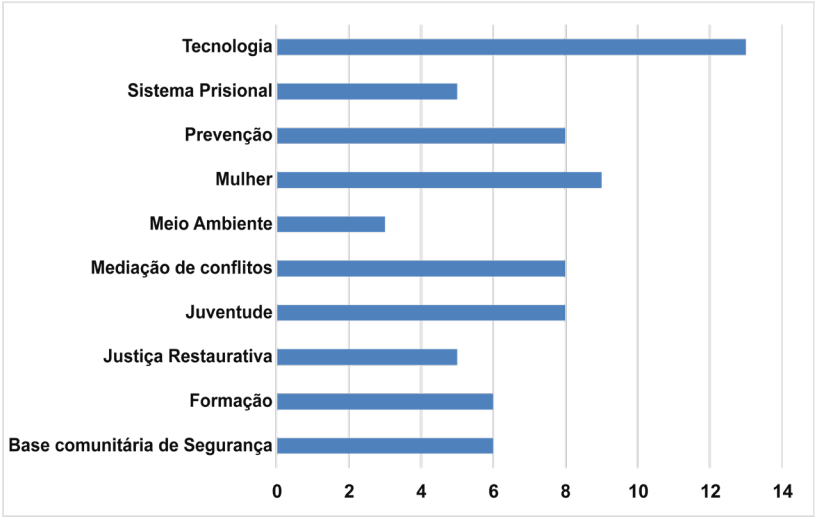


Fonte: Banco de dados MPSPJC (2020).

Um achado interessante teve relação com temas comuns às três linhas. Embora apareçam com frequências distintas, os conhecimentos e análises abarcados por cada linha e suas diferentes formas de lidar com a mesma temática ofertam análises que se distinguem ao passo que se complementam na compreensão do fenômeno em estudo. Qualitativamente isso representa um ganho ao programa, que vislumbra a oportunidade de demonstrar a complexidade de determinadas temáticas, por perspectivas interdisciplinares, construídas por seus egressos.

Nessa esteira o Gráfico 5 apresenta 10 temas trabalhados pelas 3 linhas, quais sejam: Tecnologia, Sistema Prisional, Prevenção, Mulher, Meio Ambiente, Mediação de Conflitos, Juventude, Justiça Restaurativa, Formação e Base Comunitária de Segurança.

Gráfico 05 - Temas comuns as três linhas



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Sem pretensão de transformá-las em preferências ou prioridades, a observação de tais temáticas coincide com temas urgentes a agenda das políticas públicas. A centralidade de temáticas como Tecnologia, Prevenção, Mulher, Meio Ambiente, Juventude e Formação nas discussões políticas, econômicas e sociais é vibrante.

Ressaltam-se também nesse quadro temas tabu, como o Sistema Prisional, a mediação de conflitos e a justiça restaurativa. E por último, mas não menos importante, as Bases Comunitárias de Segurança – BCS, que tanto dividem opiniões sobre objetivos e relevância. Em pesquisas trabalhadas majoritariamente pela metodologia de estudo de casos, possibilita aos possíveis leitores conhecer/compreender oportunidades e constrangimentos de uma das nuances de uma política de segurança pública local.

6 Considerações Finais

Não obstante a produção revele senso crítico, o conhecimento da segurança pública pode ser visto como um amplo mosaico cheio de espaços vazios. Um destes espaços refere-se à ausência de compreensão mais detalhada dos impactos dos conhecimentos da área na atuação de seus profissionais. Na tentativa de suprimir essa lacuna, o Progesp deu início à construção de um projeto permanente de acompanhamento e avaliação dos seus egressos, buscando averiguar qual o papel dos conhecimentos adquiridos durante o período da formação no lócus profissional e também incrementar a formação dos atuais alunos com base na ponderação das tendências da formação oferecida, segundo os objetivos e valores estabelecidos pelo Programa. A avaliação institucional do ensino na perspectiva dos egressos é importante por várias razões. Pertinente aos propósitos operacionais do Progesp, duas delas podem ser destacadas: 1) identificar possíveis

lacunas na condução do curso e formular suas respectivas soluções; 2) estimar as possibilidades de aperfeiçoamento pedagógico e/ou político do MPSPJC. Além disso, a iniciativa permite dar maior visibilidade às contribuições dos egressos que são dotadas de especificidades profissionais vinculadas às instituições nas quais atuam.

O projeto teve início com uma avaliação retrospectiva dividida em três etapas. A primeira etapa, extensiva, consiste na aplicação de um questionário estruturado, enviado por e-mail aos ex-alunos, composto por questões escalonadas que visam obter informações a respeito do desenvolvimento de competências requeridas e inovadoras no trabalho, proporcionadas pela formação adquirida no Mestrado, promoções relacionadas à condição de pós-graduando em Segurança Pública, realizações de atividades de pesquisa na área de segurança, tanto na instituição em que o egresso trabalha como em projetos paralelos a sua atividade profissional, além de outros tópicos.

A segunda etapa, por sua vez, ainda não concluída, caracteriza-se pelo caráter intensivo. Será feita a realização de uma entrevista semiestruturada com egressos, selecionados na primeira etapa, que se encontram realizando ou que já tenham realizado projetos inovadores, de natureza teórica, técnica ou tecnológica, junto à instituição em que trabalha ou em projetos paralelos a sua atuação profissional, porém, ligados às temáticas da área de segurança pública, justiça e cidadania. Nesta mesma etapa também serão realizadas entrevistas, igualmente semiestruturadas, com representantes das instituições conveniadas com o mestrado – Secretaria de Segurança Pública, Tribunal de Justiça da Bahia e Ministério Público da Bahia – que estiveram envolvidos na negociação para a publicação dos editais das turmas, tendo em vista obter informações acerca da importância da qualificação dos membros das respectivas instituições que representam.

Com o projeto permanente de acompanhamento de seus alunos e avaliação de seus egressos, o MPSPJC expressa a sua missão em conectar o conhecimento científico com a transformação social, fortalecendo, ainda mais, os vínculos entre universidade e instituições de segurança pública, no combate ao problema de insegurança, violência e criminalidade que continua a alarmar o país.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Nota Técnica – CGDESP/DEPAID/ SENASP/MJ.** Situação dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, Coordenação-Geral de Ensino. **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública**. Brasília 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. Texto Base. **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania** – PRONASCI, 2007.

CAPES. **Documento de Área 2013** (Área Interdisciplinar). 2014.

CHAUÍ, M. **Sociedade, Universidade e Estado**. Brasília. Ministério da Educação. Seminário: Universidade: Por que e como reformar? MEC/ Seu: 6 e 7 de ago. 2003.

FAZENDA, I. C. A.; JOSE, M. A. M. Formar pesquisadores interdisciplinares. **Revista Ciências Humanas**, v. 9, p. 62-69, 2017.

MARTIN, D. Refletindo a formação interdisciplinar na pós-graduação. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 57-65, 2011.